

23.0117

Ijuí, 04 de abril de 2023

Ilmo. Sra. Bárbara Castagna Lovato

Pregoeira da Comissão Permanente de Licitações

Município de Tenente Portela/RS

Ref.: Edital Tomada de Preços nº 05/2023

Assunto: Recurso Administrativo

Ivan Fernando Dobler Stroschein e Cia Ltda
(atualmente NISA Engenharia Ltda), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.731.280/0001-00, com sede na Rua Irmãos Person, nº 26, Bairro Centro, no município de Ijuí-RS, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com base na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8.666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão desta digna Comissão de Licitação que habilitou a empresa: VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA, CNPJ 36.138577/0001-01, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

1. BREVE SÍNTESE FÁTICA DO CERTAME:

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, capitulada sob o nº 005/2023, a qual visa a contratação de empresa para execução indireta, em regime de empreitada por preço global (materiais, equipamentos, ferramentas mão de obra e Serviços), de obra de construção de um Ginásio Poliesportivo no Setor Pedra Lisa - Terra Indígena do Guarita, Convênio 914166/2021, com recebimento das propostas ocorrido na data de 28 de março de 2023, às 09:00 horas.

Iniciado o certame, de acordo com a Ata de Habilitação da Tomada de Preços nº 05/2023, restaram habilitadas a licitante VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA e a licitante IVAN FERNANDO DOBLER STROSCHEIN E CIAL LTDA, sendo que as demais foram inabilitadas por não constar no CAT a atividade de projeto de cálculo estrutural, somente constando a atividade de execução. Abriu-se então prazo recursal.

2. DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE:

Primeiramente se faz necessário esclarecer a tempestividade do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, posto que atendido ao prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de recurso, Conforme Art. 109 da Lei de Licitações - Lei 8666/93:

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas; "

Podemos ainda transcrever o artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, que trata do consagrado direito de petição assegurado constitucionalmente a todo o cidadão:

"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Então, sendo a ATA de Julgamento lavrada e divulgada na data de 28 de março de 2023, e o presente recurso protocolado dentro do prazo estipulado pela Lei de Licitações (até dia 04 de abril de 2023), superada, portanto, qualquer dúvida quanto ao presente RECURSO INTERPOSTO não ser dotado de tempestividade.

2.1 DO EFEITO SUSPENSIVO:

Por conseguinte, requer-se desde já a concessão de EFEITO SUSPENSIVO ao presente recurso, tendo em vista que o prosseguimento do certame sem análise pontual e devidamente fundamentada dos itens neste pontuados acarreta risco de dano de difícil reparação, desvirtuando o objetivo da contratação pública.

Com efeito, os Recursos Administrativos encontram fundamento no artigo 5º, incisos XXXIV e LX, da Constituição federal:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; (...)

LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

E ainda, o efeito suspensivo, em se tratando de habilitação ou inabilitação do licitante, é impetrado no art. 109, § 2º, da Lei nº 8.666/1993:

"§ 2º, O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos."

Assim sendo, conforme mencionado, pelo princípio constitucional da legalidade, reflexa aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, ensejando inclusive a obrigação de reparação pelos danos que porventura advenham ao administrado, bem como pelas determinações do artigo 109 da Lei 8.666/93, requer-se a CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, perdurando tal efeito até a decisão final do presente recurso administrativo.

3. DAS RAZÕES DA REFORMA:

3.1 DA LEGITIMIDADE PARA RECORRER:

Preliminarmente, registra-se que a recorrente, Ivan Fernando Dobler Stroschein e Cia Ltda (atualmente NISA Engenharia Ltda), como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, detém total e irrestrita capacidade estrutural e tecnológica de oferecer os serviços necessários. E, em razão de sua solidificação no mercado público, possui plena capacidade técnica e financeira para fornecer os serviços licitados pelo município de Tenente Portela/RS.

3.2 DOS FUNDAMENTOS:

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, que dispõe:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

(...)."

É dessa garantia constitucional que decorrem as diversas formas de provocação da Administração Pública para o exercício do direito de petição, nesse sentido vejamos as palavras de Di Pietro:

"Dentro do direito de petição estão agasalhados inúmeras modalidades de recursos administrativos... É o caso da representação, da reclamação administrativa, do pedido de reconsideração, dos recursos hierárquicos próprios e impróprios da revisão."

Desta feita, temos que o recurso administrativo instrumentaliza o exercício do direito de petição junto ao poder público.

3.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA DA EMPRESA VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA:

Estabelece a Lei Federal n.º 8.666/93, art. 31, I:

"I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

A licitação se processa com a entrega dos documentos de credenciamento e envelopes de habilitação e proposta.

Quanto a participação na presente licitação, o Instrumento Convocatório, exige as seguintes condições:

"6.5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRO NOVO e RENOVAÇÃO:

III). Qualificação Econômica-Financeira:

a) Balanço Patrimonial do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem boa situação financeira da empresa vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

..."

No momento da elaboração do edital, o Município de Tenente Portela, definiu em seu item 6.5.III.a, que para a participação nesta licitação é necessário a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, **apresentados na forma da lei**, que atendam às condições de habilitação estabelecidas.

O objetivo do Balanço Patrimonial é apresentar, de uma forma ordenada e padronizada, a situação econômica e financeira de uma empresa num determinado momento. Numa licitação serve para saber se a empresa tem boa saúde financeira, se não está em processo de falência, e, portanto, ter condições de executar o objeto contratado.

As Demonstrações Contábeis é a representação estruturada da posição patrimonial e financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa da empresa, logo, este é um dos principais documentos do processo licitatório, devendo ser devidamente apresentado e analisado conforme a lei e por profissional especializado.

Conforme a LEI nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, podemos apontar:

"Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

...

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício." (grifo nosso)

Podemos trazer ainda o que preconiza a RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09, do Conselho Federal de Contabilidade:

"Conjunto completo de demonstrações contábeis

3.17 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

(a) balanço patrimonial ao final do período;

(b) demonstração do resultado do período de divulgação;

(c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;

(d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;

(e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;

(f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. " (Grifo nosso)

E por fim, podemos verificar a mais recente publicação da Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 1000, de 15 de dezembro de 2022, que aprova a ITG 1000 – Normas aplicáveis e modelos de plano de contas e demonstrações contábeis para microentidade e pequena empresa:

"Modelos de Demonstrações Contábeis e de Planos de Conta

16. Conforme o item 3.5 da NBC TG 1001, o conjunto completo de demonstrações contábeis de uma entidade de pequeno porte compreende:

(a) balanço patrimonial ao final do período;

(b) demonstração do resultado do exercício;

(c) demonstração das mutações do patrimônio líquido;

(d) demonstração dos fluxos de caixa; e

(e) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. " (Grifo nosso)

Então, o conjunto Completo das Demonstrações Contábil na qual as empresas são obrigadas a cumprir (Na forma da Lei) inclui especificadamente às Notas Explicativas, ou seja, sua apresentação é obrigatória no Processo Licitatório. Portanto qualquer omissão aos documentos solicitados em Edital, é passível de Inabilitação no certame licitatório.

Assim, é imprescindível verificar a autenticidade do balanço patrimonial, para fins de habilitação em licitações públicas, e para tanto, é necessário verificar se consta o Balanço Patrimonial **apresentado na forma da Lei**.

Diante o exposto, pode-se verificar que a empresa Vale Engenharia Civil Ltda não se atentou aos documentos que deveriam ser apresentados, visto que é expresso no edital a apresentação dos documentos relativos a qualificação Econômico-Financeira, e, se não o fez antes, entende-se que este não cumpriu com a vinculação do instrumento convocatório.

Toda a disposição editalícia é vinculante para os licitantes e para os entes públicos. Caso o interessado não aceite as condições do edital, deve tomar medidas cabíveis em tempo oportuno.

Sobre a decisão em comento, argumenta-se pontualmente para sua reforma conforme dissertaremos a seguir:

- I. Tornar INABILIDATA a empresa VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA, por não apresentar a documentação relativa a qualificação econômica-financeira;
- II. Manter INABILIDATA a empresa KS CONSTRUTORA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, por não apresentar a documentação relativa a qualificação econômica-financeira.

3.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA:

Estabelece a Lei Federal n.º 8.666/93, art. 30:

"II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (Grifo nosso) "

A licitação se processa com a entrega dos documentos de credenciamento e envelopes de habilitação e proposta.

Quanto a participação na presente licitação, o Instrumento Convocatório, exige as seguintes condições:

"7. DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

...

K) Atestado (s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado (s) no CREA / CAU da região onde os serviços foram executados, que comprove (m) que a licitante e/ou seu Responsável Técnico tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, projetos de cálculo

estrutural em características, quantidades, materiais e prazos. "
(Grifo nosso)

Podemos verificar aqui que o Edital em referência solicita a apresentação de atestado de capacitação técnico-operacional que comprove que a licitante e/ou Responsável Técnico tenha executado projeto de cálculo estrutural em características, quantidades, materiais e prazos.

Além do Edital, a Lei de Licitações estabelece que as exigências dos atestados serão **limitadas as parcelas de maior relevância de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**

Conforme a planilha orçamentária de referência, anexa ao processo licitatório, as parcelas de maior relevância do contrato, de acordo com o fator financeiro, e utilizando a curva ABC (ferramenta gerencial que classifica os itens de maior importância e auxilia na administração de custos, dando importância aos primeiros 80% dos custos de uma obra), as parcelas poderiam ser elencadas assim:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	%	% ACUM
1.5	COBERTURA	R\$ 175.206,88	29,24%	29,24%
1.4	SUPRAESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO	R\$ 91.325,65	15,24%	44,48%
1.9	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 86.482,06	14,43%	58,92%
1.6	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 70.882,96	11,83%	70,75%
1.3	FUNDAÇÕES	R\$ 59.834,06	9,99%	80,74%
1.2	SERVIÇOS EM TERRA	R\$ 30.962,10	5,17%	85,90%
1.10	ALVENARIA E FECHAMENTOS BANHEIROS	R\$ 21.623,07	3,61%	89,51%
1.14	EQUIPAMENTOS	R\$ 13.380,12	2,23%	91,74%
1.7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 13.377,28	2,23%	93,98%
1.8	HIDROSSANITÁRIO	R\$ 10.566,99	1,76%	95,74%
1.12	ACESSIBILIDADE	R\$ 8.981,58	1,50%	97,24%
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 6.419,67	1,07%	98,31%
1.11	ARQUIBANCADA	R\$ 4.790,98	0,80%	99,11%
1.13	PPCI	R\$ 2.848,97	0,48%	99,59%
1.15	PINTURA	R\$ 2.477,01	0,41%	100,00%
TOTAL		R\$ 599.159,40	100,00%	100,00%

Estes cinco serviços somados equivalem a 80,74% do valor da obra, ou seja, conforme os parâmetros da Curva ABC, são os de maior relevância para uma obra.

Com isso podemos concluir que o serviço de principal relevância ao contrato é o de estrutura e cobertura metálica.

Assim sendo, ressaltamos que a empresa VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA, não apresentou nenhum atestado, tanto operacional como profissional da parcela de maior relevância, ou seja, **não apresentou atestado de projeto de cálculo estrutural de estrutura metálica**, apenas referente a estrutura pré-moldada de concreto, conforme imagem extraída do atestado apresentado.

(1000 V) - Quantidade: 642,78 M²;
 8.9) Atividade Técnica: Projeto e Execução - Descrição da Obra/Serviço: ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA (PÓRTICOS PARA QUADRA) - Quantidade: 642,78 M²;
 9) Período de participação nos serviços: início em: 20/10/2021 e conclusão em: 29/06/2022

Sobre a decisão em comento, argumenta-se pontualmente para sua reforma conforme dissertaremos a seguir:

- I. Tornar INABILITADA a empresa VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA, por não apresentar a documentação relativa a qualificação técnica;
- II. Manter INABILITADA a empresa METALCASTRO INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA, por não apresentar a documentação relativa a qualificação técnica;
- III. Manter INABILITADA a empresa KS CONSTRUTORA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, por não apresentar a documentação relativa a qualificação técnica.

4. DO PEDIDO:

Diante do exposto, e tendo na devida conta que a prova das Condições de Participação, de Qualificação Econômica - Financeira e de Qualificação Técnica da Empresa Recorrida não foram atendidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para:

- Conforme fundamentado, declarar-se nulo o julgamento desta digna Comissão de Licitação de habilitar a Empresa VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA, **tornando-a inabilitada neste processo licitatório;**

- Conforme fundamentado, declarar-se acertado o julgamento desta digna Comissão de Licitação de inabilitar a Empresa METALCASTRO INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA, **mantendo-a inabilitada neste processo licitatório;**

- Conforme fundamentado, declarar-se acertado o julgamento desta digna Comissão de Licitação de inabilitar a Empresa KS CONSTRUTORA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, **mantendo-a inabilitada neste processo licitatório;**

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes termos, pede deferimento.

IVAN FERNANDO DOBLER
STROSCHEIN:95584005053

Assinado de forma digital por IVAN FERNANDO DOBLER STROSCHEIN:95584005053
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ouo=00087112000121,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=IVAN FERNANDO DOBLER
STROSCHEIN:95584005053
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2023.001.20093

Ivan Fernando Dobler Stroschein
Sócio Proprietário – Representante Legal – Responsável Técnico
Ivan Fernando Dobler Stroschein e Cia Ltda (Atualmente NISA Engenharia Ltda)
CNPJ 17.731.280/0001-00